

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2021**

(Dos Srs. DR. FREDERICO, TEREZA NELMA, CARMEN ZANOTTO, FLÁVIA MORAES, FLÁVIO NOGUEIRA, SILVIA CRISTINA, EDUARDO COSTA, PEDRO WESTPHALEN E LIZIANE BAYER)

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde), para autorizar a utilização de teleatendimento na assistência especializada.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:

“Art.

6º .....

.....

§4º Na execução de ações de assistência especializada, fica autorizada a utilização de teleatendimento, especialmente para primeira consulta ou triagem, permitida a autorização por via remota da solicitação de exames especializados para seguimento da propedêutica, na forma do regulamento.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi uma das maiores conquistas do povo brasileiro na Constituição Federal de 1988, trazendo acesso universal e integral à saúde, nos campos da promoção, prevenção, assistência e reabilitação. Desde sua criação, o SUS vem sendo aperfeiçoado, mas ainda não alcança a totalidade de nossa população igualmente.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Frederico e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211681795700>



\* C D 2 1 1 6 8 1 7 9 5 7 0 0 \*

Em muitas localidades, ainda que exista uma atenção básica implementada, há grande dificuldade de conseguir uma consulta especializada quando necessário. Muitas vezes, o paciente aguarda meses, ou até anos para consultar com um especialista, o que prejudica a evolução dos casos. Em doenças como o câncer, este atraso pode ser a diferença entre a vida e a morte.

Além disso, a fila de marcação frequentemente tem uma quantidade significativa de usuários que só precisariam de uma consulta inicial, podendo fazer o seguimento com o médico ou médica da atenção primária. Entende-se que a facilitação desta primeira consulta ou avaliação de triagem poderia desafogar o sistema, auxiliando a redução do tempo de espera.

Este Projeto de Lei pretende prever na legislação do SUS a realização de avaliação especializada por teleatendimento, inclusive com a autorização para a solicitação de exames especializados. Isso permitiria uma abordagem inicial mais rápida, com estabelecimento de prioridades, e o seguimento dos casos, quando possível pela via remota.

Pacientes com casos potencialmente mais graves seriam encaminhados para consultas presenciais em curto prazo, enquanto que outros já poderiam começar o tratamento nas unidades básicas de saúde.

Como essa alteração tem o potencial de melhorar muito a assistência especializada dos usuários do SUS, pedimos o apoio dos nobres colegas parlamentares para sua aprovação.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2021.

Deputado DR. FREDERICO  
PATRIOTA/MG

Deputada TEREZA NELMA  
PSDB/AL

Deputada CARMEN ZANOTTO



CIDADANIA/SC

Deputada FLÁVIA MORAES  
PDT/GO

Deputada FLÁVIO NOGUEIRA  
PDT/PI

Deputada SILVIA CRISTINA  
PDT/RO

Deputado EDUARDO COSTA  
PTB/PA

Deputada PEDRO WESTPHALEN  
PP/RS

Deputada LIZIANE BAYER  
PSB/RS





## **Projeto de Lei** **(Do Sr. Dr. Frederico )**

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde), para autorizar a utilização de teleatendimento na assistência especializada.

Assinaram eletronicamente o documento CD211681795700, nesta ordem:

- 1 Dep. Dr. Frederico (PATRIOTA/MG)
- 2 Dep. Flávia Moraes (PDT/GO)
- 3 Dep. Tereza Nelma (PSDB/AL)
- 4 Dep. Silvia Cristina (PDT/RO)
- 5 Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)
- 6 Dep. Liziane Bayer (PSB/RS)
- 7 Dep. Flávio Nogueira (PDT/PI)
- 8 Dep. Eduardo Costa (PTB/PA)

